



Pró Industrial

edição 101

www.adial.com.br

REVISTA DE NEGÓCIOS DA ADIAL

Novembro de 2018 - Ano X

PRAZO MAIOR PARA CONVALIDAÇÃO



ESTADOS TERÃO
MAIS SEIS MESES,
AGORA ATÉ
JUNHO DE 2019,
PARA FINALIZAR
PROCESSO DE
CONVALIDAÇÃO DE
PROGRAMAS

PROJETO DE
CONVALIDAÇÃO
CHEGA NA
ASSEMBLEIA

ENTREVISTA - LUCAS BEVILACQUA: "EXPORTAÇÕES E ICMS"

NEGÓCIOS
MITSUBISHI INVESTE
R\$ 300 MILHÕES EM GOIÁS

NOVA COLUNA
"BEM INDUSTRIAL" DIVULGA AÇÕES
SÓCIO-AMBIENTAIS DO SETOR





EXPEDIENTE

Presidente do Conselho de Administração

Otávio Lage de Siqueira Filho

Conselho Nato

Cyro Miranda, José Alves Filho, Alberto Borges e Cesar Helou

Vice-Presidente Financeiro

Cesar Helou

Vices-Presidentes e Conselheiros

Alexandre Baldy Sant'anna Braga, Alfredo Sestini Filho, Ananias Justino Jayme, Angelo Tomaz Landim Júnior, Carlos Luciano Martins Ribeiro, Domingos Sávio Gomes de Oliveira, Domingos Vilefort Orzil, Heribaldo Egídio da Silva, José Alves Filho, José Domingos Francischinelli, José Carlos Garrote de Souza, Márcio Botelho Teixeira, Marley Antônio da Rocha, Maximiliani Liubomir Slivnik, Olímpio José Abrão, Paulo Sérgio Guimarães Santos, Ronaldo Aspesi, Valdo Marques, Vanderlan Vieira Cardoso e Wilson Luiz da Costa.

Presidente ADIAL-LOG

Rivas Rezende da Costa

Conselheiro Vice Presidente ADIAL-LOG

Glorivan França e José Costa Pereira Filho

Conselho Fiscal - Efetivos

André Luiz Baptista Lins Rocha, Antônio Benedito dos Santos, Evaristo Lira Baraúna e Romar Martins Parreira;

Conselho Fiscal - Suplentes

Luciano Araújo Carneiro, Luiz Alberto Rassi, Ricardo Vivolo e Sebastião Osmar Albertini.

Diretor-Executivo

Edwal Portilho "Chequinho"

Produção e Edição

Leandro Resende - Contemporânea (Leitura Estratégica)

Impressão

Poligráfica

ANÚNCIOS: (62) 3922-8200

EDITORIAL UM NOVO CICLO

A economia brasileira enfrentou atropelos, várias descidas e poucas subidas, em mais um ano de fraco desempenho. Se não foi o pior dos últimos anos, é um dos mais "caros" por alongar e empurrar empresas e trabalhadores para mais um período frustrante neste longo ciclo de estagnação, empobrecimento e desconstrução dos principais indicadores e fundamentos econômicos.

A indústria, nesta depressiva etapa de baixa evolução da estrutura econômica do País, amarga números fracos, ampliação da informalidade, invasão de concorrência internacional, excesso de carga tributária, baixos incentivos financeiros para investir e quase uma década de indefinições sobre as regras dos incentivos fiscais - que está, enfim, em uma longa e tumultuada convalidação, que ocorre por etapas. Muita pressão, baixo investimento.

Nesta edição, debatemos a decisão do Confaz de alterar os prazos para registro e depósito dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, neste processo de convalidação dos programas de incentivos de cada Unidade da Federação.

Lucas Bevilacqua, que lança livro sobre exportações e desoneração do ICMS, amplia o debate em prol do desenvolvimento, além da estreia da coluna "Bem Industrial", que aborda ações sócio-ambientais promovidas pelas indústrias associadas à ADIAL. Boa leitura a todos.

Leandro Resende, editor.

SUMÁRIO

NOVEMBRO DE 2018
Nº 101
ANO X

EDITORIAL Um novo ciclo 2. // TRIBUTOS Confaz prorroga prazo da convalidação de incentivos 3-5// BEM INDUSTRIAL Consumo Consciente, Trainne, Pet, Meio Ambiente, RH e Balanço Social 6-7// SETORIAL ICMS, Pis e Receita, Lançamento de Livro, ADIAL Brasil como Amicus Curie, Painel de Projetos 6-9// MARKETING & PRODUTOS Lançamentos da indústria 12// NEGÓCIOS Mitsubishi investe em Goiás 13// ENTREVISTA Daniela Machado Cunha 14-16.// ADIAL-LOG InovaLog prevê crescer 14% em 2019 17.// LEITURA EMPRESARIAL 18// OPINIÃO Otávio Lage de Siqueira Filho 19

EMPRESAS, MARCAS E INSTITUIÇÕES CITADAS NA EDIÇÃO

Confaz (2, 3, 4, 5, 16, 18), Rodovalho Associados (3, 4), Heineken (6, 13), Sam's Club (6), BRF (6), Cargill (6), Hypera (6), Receita Coca-Cola (6), ABDI (6), Teuto (7), Receita Federal (8), Terra & Vecci (8), O Popular (8), STF (8, 15, 18), ETCO (9), Sefaz (9), Serasa (9), Cadin (9), Nestlé (12), Qualy (12), Kantar Worldpanel (12), Vigor (12), Fórmula 1 (12), Fórmula E (12), HPE (13), Mitsubishi (13), Suzuki (13), Salão do Automóvel de São Paulo (13), WTO (15), IBDT (15), Carf/MF (15), USP (15), OMC (15), CNI (15), Ministério da Fazenda (16), InovaLog Logística (17), Chep do Brasil (17), Bunge Alimentos (17).

Confaz prorroga prazo da convalidação de incentivos

ESTADOS TERÃO
AGORA COMO
PRAZO LIMITE 31
DE JUNHO DE 2019.
ANTES, PRAZO ERA
ATÉ DEZEMBRO

A última reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) surpreendeu por pautar e aprovar mudança no prazo para incluir anistias, remissões e alterações nos prazos para registro e depósito dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados pela Lei Complementar 160, de 7 de agosto de 2017, e o Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017. O prazo limite era dezembro de 2018 e foi prorrogado para junho de 2019.

A tributarista Eléia Alvim, da Rodovalho Advogados, destaca a decisão do Confaz de prorrogar os prazos de publicação, registro e depósito dos atos normativos e os atos concessivos relativos aos benefícios fiscais para até 31 de julho de 2019 pela unidade federada concedente. "Da mesma forma, o prazo das reinstuições que se encerrava em 28 de dezembro de 2018 foi prorrogado para até 31 de julho de 2019, com exceções dos benefícios que já encerram



HISTÓRICO DA CONVALIDAÇÃO

CONFAZ
Conselho Nacional de
Política Fazendária

Início de 2015 - PLS 130/2014, de autoria da senadora goiana Lúcia Vânia, é encaminhado ao Congresso.

12/07/17 - O Senado aprova, com 50 votos a favor e nenhum contra, a convalidação de incentivos fiscais concedidos pelos Estados. A matéria segue para a sanção presidencial. Além de regularizar incentivos por mais 15 anos, Lei derruba unanimidade do Confaz.

8/8/17 - Foi sancionada pelo presidente Michel Temer e publicada a Lei Complementar 160/2017, que convalida os incentivos fiscais relativos ao ICMS. A nova lei tem origem no PLS 130/2014. O texto passou por modificações na Câmara dos Deputados e foi aprovado sob a forma de substitutivo (SCD 5/2017). O texto passa a valer.

15/12/17 - O Confaz aprova o convênio de convalidação dos incentivos fiscais de ICMS. Assim, os estados que quiserem manter benefícios relativos a esse tributo deverão cumprir determinadas regras do Confaz. Apenas São Paulo e Paraná foram contrários à aprovação.

18/12/17 - O Confaz publica Convênio ICMS nº 190/2017 que dispõe sobre as remissões dos créditos tributários decorrentes dos incentivos. A norma ainda trata da reinstituição dos incentivos observando o disposto na LC nº 160/2017. O Convênio estabelece as condicionantes a serem adotadas para remissão, anistia e reinstituição dos incentivos, entre elas, que os atos normativos ou concessivos relativos a benefícios fiscais que não tenham sido objeto da publicação, registro e depósito pelas unidades federadas, devem ser revogados até 28 de dezembro de 2018.

01/11/2018 - O Convênio ICMS nº 109/18 alterou em parte o Convênio nº 190/17, que disciplina as regras de convalidação e reinstituição dos benefícios. O novo Convênio prorrogou o prazo para reinstituição a 31/07/19, ressalvados casos com prazo máximo de fruição até 31/12/18, para os quais foi mantida a data de 28/12/18. Este convênio disciplinou a possibilidade de reenquadramento, desde que o concedente comunique ao Confaz até o último dia do mês subsequente àquele em que ocorrer o reenquadramento.

TRIBUTOS

sua fruição em 28 de dezembro de 2018.”

O Confaz é constituído pelos secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação de cada estado e do Distrito Federal e presidido pelo ministro da Fazenda. O objetivo do conselho é adotar medidas para aperfeiçoar a política fiscal dos estados e torná-la compatível com as leis da federação.

A tributarista, cita que, pelo convênio, as informações de alteração de benefícios fiscais devem ser atualizadas junto ao Confaz até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação do ato normativo ou concessivo que os instituiu, concedeu, alterou ou revogou. “Ficam remetidos e anistiados os créditos tributários do ICMS, constituídos ou não, decorrentes dos benefícios fiscais instituídos, por legislação estadual ou distrital publicada até 8 de agosto de 2017, sendo que agora o período é até a data de sua reinstituição, desde que a reinstituição não ultrapasse 28 de dezembro de 2018 para os benefícios que encerram nesta data e até 31 de julho de 2019 para todos os prazos já conhecidos.”

“Oportuna a determinação de que os estados devem atualizar as informações de alteração de benefícios fiscais junto ao Confaz até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação do ato normativo ou concessivo que os instituiu, concedeu, alterou ou revogou. Evidente a preocupação com o controle dos atos”, aponta Eléia.

MOTIVOS

A decisão tem um viés político. Como ocorreu uma ampla

renovação nos governos estaduais, em muitos Estados, novos grupos políticos conseguiram se eleger, existia o risco de desacordo nas transições e afetar a normalidade das inclusões dos incentivos. Além disso, os novos governantes teriam, com a alteração do prazo, um tempo maior para compreender e avaliar todo processo de convalidação dos incentivos fiscais.

o Convênio ICMS nº 109/18 disciplinou a possibilidade de reenquadramento, por iniciativa da própria Unidade Federada concedente, dos prazos de duração dos benefícios fiscais, de acordo com a atividade exercida, desde que concedente comunique o fato à Secretaria Executiva do Confaz até o último dia do mês subsequente àquele em que ocorrer o reenquadramento.

Consoante disposto na Norma, a Secretaria Executiva do Confaz informará às demais Unidades sobre o reenquadramento, para que, caso desejado, apresentem contestação e sugestão de reenquadramento dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a comunicação.

Nesta última reunião do Confaz, atualizou a tabela com os preços de combustíveis a serem usados como o valor médio ao consumidor a partir de novembro. O chamado preço médio ponderado ao consumidor final do óleo diesel aumentou em 13 estados e no Distrito Federal.

Os novos valores abrangem Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, São Paulo e o Distrito Federal.



Eléia Alvim aponta que cada Estado define sua estratégia sobre a convalidação, apesar deste novo prazo do Confaz



Projeto de convalidação chega na Assembleia

O governador José Eliton encaminhou, no último dia 13, para a Assembleia Legislativa projeto de lei que convalida os incentivos fiscais concedidos pelo Governo de Goiás para o setor produtivo com o objetivo de atrair novas empresas e gerar novos empregos. O texto propõe a "reinstituição integral dos incentivos, benefícios fiscais ou financeiro-fiscais do ICMS decorrentes das leis, dos decretos e da legislação complementar do Estado".

O projeto de lei encaminhado para deliberação dos 41 deputados estaduais convalida os incentivos estabelecidos aprovados até 8 de agosto de 2017 e também aqueles que tenham passado por modificações após essa data. Assim, ficam reinstituídos os incentivos que se encontram em vigor publicados até 8 de agosto de 2017, ou que

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) formado por todos os secretários de Fazenda, havia prorrogado de 31 de dezembro de 2018 para 31 de julho de 2019 o prazo para os Estados fazerem essa reinstituição.

tenham sido modificados após essa data para reduzir o alcance ou o montante dos benefícios.

Os incentivos fiscais estabelecidos por meio dos Programas Produzir e Fomentar são a principal política pública de atração de novos investimentos privados para Goiás nas duas últimas décadas.

Estes instrumentos de estímulo ao crescimento econômico foram aperfeiçoados a partir de 1999. Desde então, o

Produto Interno Bruto (PIB) do Estado saltou de R\$ 17,4 bilhões em 1998 para uma previsão de mais de R\$ 200 bilhões em para o fechamento deste ano. Com os incentivos, a economia goiana se industrializou e se diversificou no Estado, com impacto positivo sobre os três grandes setores (agropecuária, indústria e serviços), gerando 1,1 milhão de empregos formais em Goiás no período.

O presidente da ADIAL, Otávio Lage de Siqueira Filho, disse à Rádio Sagres 730, no último dia 16, acreditar que o diálogo entre a entidade, o governador José Eliton e o futuro governador Ronaldo Caiado possa levar a um acordo sobre o projeto de lei enviado à Assembleia que reinstituí os incentivos fiscais em Goiás.




MODERAÇÃO

CONSUMO CONSCIENTE

HEINEKEN

Em parceria com o clube de compras Sam's Club, o Grupo HEINEKEN no Brasil lança ações de conscientização sobre o consumo responsável de bebidas alcoólicas. Intitulada de "Respect Your Limit", a campanha começou no dia 27 de setembro em lojas da rede. Na ocasião, de forma inovadora para canais de autosserviço, as unidades participantes receberam uma identidade visual criada especialmente para a ação, como displays e aplicações para gôndola

espelhadas que "multiplicam" a quantidade de garrafas expostas, para promover a reflexão do comprador sobre o consumo moderado. A ação também contempla uma novidade: ilhas interativas com um dispositivo que apresenta apenas um pack de latas no centro. Ao retirar o produto, o consumidor é surpreendido com um novo que é suspenso por um mecanismo dentro da ilha, o que reforça o consumo consciente e traduz na loja a preocupação com o tema.



Inscrições
abertas

PROGRAMA DE TRAINNE

Várias indústrias ligadas à ADIAL estão com programas de trainne abertos - como BRF, Cargill e Hypera. Um dos caminhos é visitar periodicamente os sites das empresas e também seguir e acompanhar estas empresas pelo LinkedIn - rede social de uso profissional que faz ampla divulgação do mercado de trabalho e carreira. A maior parte das empresas faz o processo de seleção de novos talentos em novembro e as primeiras etapas estão descritas em seus sites - assim como regras e vagas. Confira no site da ADIAL a lista de associadas.

COCA-COLA

A Coca-Cola Brasil passa a comercializar todas as garrafas retornáveis de PET de suas marcas de refrigerantes em um único formato. Isso quer dizer que, a cada volta à fábrica, a embalagem poderá ser envasada e receber um rótulo de papel destacável de qualquer produto da Coca-Cola. Até agora, havia um modelo diferente de garrafa retornável para cada marca de refrigerante, com formato próprio e o rótulo impresso de forma permanente na embalagem. A tinta aplicada nas garrafas prejudicava a reciclagem.



BRF

Quatro jovens empreendedores do Rio de Janeiro, apaixonados por tecnologia, venceram a maratona tecnológica proposta pela BRF no Game XP, a maior feira de games da América Latina, e irão visitar uma das 35 fábricas mantidas pela empresa no Brasil. A iniciativa foi realizada no Rio de Janeiro, em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), e buscou novas soluções para fomentar o processo de purificação da água utilizada pela indústria, antes de devolvê-la ao meio-ambiente.

ARTIGO

Tecnologia como aliada do RH

por Renata Carvalho

A informação certa na hora exata é determinante para que os objetivos traçados dentro de uma empresa sejam alcançados. Mais que promover ações e despender esforços e investimentos em diferentes áreas, é preciso mensurar, avaliar, organizar e catalogar o que foi feito, gerando um banco de dados precioso. Suposições baseadas em percepções ficaram para trás. Na área de recursos humanos não é diferente. Para garantir precisão, a tecnologia é uma parceira essencial também para este departamento.

O suporte tecnológico já é aliado do RH há algum tempo, transformando, inclusive, a relação empresa – colaborador. A cada dia surgem novidades no âmbito corporativo que precisam ser avaliadas pelos empresários e gestores. É neste ponto que entra as novas ferramentas: a tecnologia promove uma interação mais transparente e justa entre as partes, possibilitando um patamar mais elevado de confiança nas relações internas.

Os sistemas de RH permitem que o colaborador possa ter acesso ao seu histórico dentro da empresa, acompanhe seus recebimentos, consulte as avaliações a que foi submetido e, com isso, tenha acesso a várias informações relevantes, por exemplo, de resultados da empresa, que podem estar vinculados a bônus ou participação



nos lucros, tornando os critérios da meritocracia muito mais claros.

Alguns softwares oferecem a possibilidade de os colaboradores alimentarem a ferramenta com um minicurriculo, facilitando as avaliações por parte dos gestores, quando buscam determinados perfis para ocupar posições em aberto. Em relação a processos de sucessão, possibilita legitimidade nas escolhas, tomando como base todo o histórico de atuação da pessoa na empresa, ou seja, aspectos comportamentais e indicadores de desempenho (KPI's).

Esta gama de informações permite aos gestores feedbacks mais assertivos e, com isso, planos de desenvolvimento individual factíveis com a carreira do colaborador e alinhados com os objetivos estratégicos da empresa. Entretanto, sistemas não funcionam sozinhos, é necessário se atentar para qual profissional de RH irá implantá-lo e acompanhá-lo, garantindo que os objetivos traçados sejam alcançados.



TEUTO

O Laboratório Teuto lança, em novembro, a 1ª edição do Balanço Social. Em formato de revista, a companhia apresenta as principais ações para a sociedade, meio ambiente, colaboradores e clientes. O objetivo da ferramenta de comunicação é apresentar um panorama de todos os projetos executados pela companhia como forma de reforçar sua reconhecida responsabilidade socioambiental.

Desenvolvido em sintonia com sua filosofia, o Balanço Social reforça Negócio, DNA, Missão, Visão e Valores. Também, ao longo do material, são apresentados informações e projetos, como o Centro de Educação Infantil Walterci de Melo, Reserva Follium, Plante essa Ideia, etc.

Segundo Marcelo Leite Henriques, presidente-executivo do Teuto, o laboratório promove a responsabilidade socioambiental e investe em inúmeros projetos visando a preservação do meio ambiente e da sociedade. “A companhia desenvolve atividades que beneficiam colaboradores e comunidade. Também estamos atentos aos nossos talentos, garantindo, assim, a excelência de nossos produtos e o crescimento profissional das equipes”, reforça.

“Estamos vigilantes quanto à nossa responsabilidade socioambiental não apenas para com os nossos 3,5 mil colaboradores, mas também com a sociedade”, declara Elizabeth Junqueira, gerente de Recursos Humanos. “Com esse Balanço Social queremos demonstrar o quanto temos contribuído com a geração de empregos, desenvolvimento profissional, o bem-estar e saúde de nossos colaboradores e comunidades do entorno das áreas onde atuamos.”

PODE ISSO, RECEITA?

"Em tempos de fake news pululando pelo planeta, a Receita Federal não ficou a reboque. Quando todos se preparam para fechar o ano, apreensivos quanto a 2019, apertando os números, reduzindo custos, aproveitando a decisão de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins para reduzir a base de incidência das contribuições a Receita Federal do Brasil aparece lançando uma norma tributária branca", escreveu a tributarista Liz Marília Vecci, da Terra & Vecci, no jornal O Popular no último dia 8. A advogada aponta

que, apenas para recuperar o assunto dessa exclusão na história: em março de 2017, o STF decidiu, com Repercussão Geral, que o ICMS não é faturamento e por isso não compõe a base de cálculo das contribuições PIS e Cofins.




"O bem chamado factóide da Receita não prosperará. A Suprema Corte já passou por provas mais duras e não sucumbiu, as instituições nesse País são sólidas o suficiente para barrar essa expropriação", escreveu Liz Marília Vecci.



BEVILACQUA LANÇA LIVRO NO STF



Lucas Bevilacqua lança, neste mês, no STF, a convite do presidente Dias Toffoli, o livro "Incentivos Fiscais às Exportações". O livro conforma um estudo minucioso, com doutrina e jurisprudência pátria e internacional, do ciclo destinado ao comércio exterior de bens e serviços e a necessária desoneração fiscal para que sejam competitivos. Bevilacqua estuda, com particular cuidado, profundidade e inteligência criativa os obstáculos que a burocracia, não poucas vezes, e a necessidade de Erário, outras vezes, têm levado a dificultar que o País alcance uma melhor inserção na globalização econômica.

-  [@adialgoias](#)
[@adiallog](#)
-  [@adialgoias](#)
[@adiallog](#)
-  [adialgoias](#)

REDES SOCIAIS DA ADIAL

Acompanhe a ADIAL nas redes sociais. Além do Facebook, onde ADIAL e ADIAL-LOG já estão presentes há quase dois anos, passa agora a contar com o Instagram e LinkedIn, com a proposta de divulgar mais as ações, reuniões e eventos da entidade e da Diretoria, além dos benefícios alcançados com o Clube de Compras da ADIAL, ADIAL Corretora de Seguros, ADIAL Negócios e ADIAL Social. Adicione e divulgue nossos endereços na internet na empresa.

BOM PAGADOR

A Receita Federal implementará um programa para premiar empresas que são pagadoras de impostos, dando prioridade a suas restituições, crédito tributário e atendimento. O órgão informou que abriu uma consulta pública para receber opiniões sobre o programa, batizado de Pró-Conformidade.

PAINEL DE PROJETOS

A PRÓ-INDUSTRIAL com apoio da ADIAL Social, retoma o Painel de Projetos, com um canal de mão dupla, onde produtores, artistas e atletas, podem procurar a entidade para apresentar seus projetos para divulgação.



ADIAL Brasil admitida como 'amicus curiae' no STF

Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (ADIAL BRASIL), por meio das petições em alusão, requerem o ingresso no feito na qualidade de amici curiae. Decisão é do presidente do STF, Dias Toffoli.

"Registro, inicialmente, que, em proposta de súmula vinculante, a habilitação de terceiro interessado, na qualidade de amici curiae, está disciplinada no § 2º do art. 3º da Lei 11.417/2006 e na Resolução 388/2008 do STF. Ressalto, também, que a admissão de terceiros, na condição de amici curiae, configura circunstância de fundamental

importância, porém de caráter excepcional e que pressupõe, para tornar-se efetiva, a demonstração do atendimento de requisitos, dentre eles, a adequada representatividade daquele que a pleiteia. Na espécie, os peticionários preenchem os requisitos necessários para admissão no feito na qualidade de amici curiae. Isso posto, defiro os pedidos formulados por Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e Associação Brasileira Pró-desenvolvimento Regional Sustentável (ADIAL BRASIL) para o ingresso no feito na condição de amici curiae", decidiu.

EVENTO: UM ANO DA REFORMA TRABALHISTA

A ADIAL e a ADIAL LOG promovem a Palestra - Impactos da Reforma Trabalhista Após Um Ano de Vigência, com presença do Ministro do TST, Douglas Alencar e do Juiz do Trabalho do TRT 18, Luciano Fortini.

Será apresentado pelos palestrantes, quais foram os impactos da reforma trabalhista nesse um ano de vigência e o que mudou no cenário da justiça do trabalho após a aplicação da nova lei. Esse é mais um evento promovido pela nossa associação exclusivo para suas empresas e seus colaboradores.

Agenda: Dia 23 de novembro, Hotel Maione, Setor Pedro Ludovico, Goiânia. Mais informações: www.adial.com.br/simposio

CONTRIBUINTES PODEM QUITAR DÉBITOS

Termina no dia 19 de novembro o prazo para contribuintes em débito de ICMS, IPVA e ITCD regularizem a situação fiscal junto à Receita Estadual, com descontos de 40% até 60 dias após ciência do fato. Já para os demais débitos, se quitados antes da inscrição em dívida ativa, o valor da redução sobre a multa é de 30% com parcelamento em até 60 meses.

PROJETO: CAUSOS, VIOLA E CACHAÇA

É uma peça de teatro musical centrada no diálogo e experiências de dois caipiras que se encontram na soleira de uma casa de pau a pique para contar causos, tomar cachaça e tocar viola. Tudo, entremeado com clássicos do cancionário caipira da música brasileira. O projeto contempla 10 cidades de 7 Estados diferentes (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul)

VALOR DO PROJETO: R\$ 659.475,00

10 COTAS DE R\$ 65.947,50

INCENTIVO FISCAL (DEDUÇÃO IR): 100% VIA LEI ROUANET

PROJETO: CLUBE FERNANDES TÓQUIO 2020

Depois de participar de três edições dos Jogos Olímpicos, a atual Campeã Mundial Clemilda Fernandes pretende alcançar seu objetivo maior: uma medalha olímpica em Tokyo. Para atingir o seu objetivo necessita de apoio financeiro até 2020.

VALOR DO PROJETO: R\$ 390.539,55

INCENTIVO FISCAL (DEDUÇÃO IR): 100% VIA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE



MAIS DO QUE
GARANTIDO,
**SEU DIREITO
DE IR E VIR ESTÁ
ASSEGUADO.**





WORLD TELEBRASIL

O assunto segurança nunca foi tão preocupante, principalmente, no que se diz respeito ao transporte de cargas para empresas e indústrias. Por isso, a **ADIAL CORRETORA DE SEGUROS** tem uma equipe especializada nas gestões de logística e de risco de carga, que vem criando as melhores soluções para as empresas, no que diz respeito a ampliação de cobertura e da segurança, com parcerias e serviços modernos, como o monitoramento via GPS, mas com um custo bem mais reduzido para empresas e muito mais competitivo para o mercado.

Na hora de fazer seu seguro de cargas, fale com a **ADIAL CORRETORA DE SEGUROS**. Aqui, sua empresa está em casa.



ADIAL
CORRETORA DE SEGUROS
FEITO PARA EMPRESAS,
PENSADO POR EMPRESÁRIOS.
(62) 3922-8200



MARKETING & PRODUTOS



Nestlé

A Nestlé coloca no mercado embalagens especiais para algumas das suas principais marcas de chocolates. Chokito, Charge, Lollo e Smash agora podem ser comprados em pacotes com seis bombons em cada. As marcas se juntam ao portfólio “Funsized”, que foi iniciado com o lançamento de Prestígio

ao leite e Prestígio Branco, ambos no mesmo formato com seis bombons. Dois dos chocolates ganharam nova fórmula: Prestígio, que agora está mais macio e com mais coco; e Smash.



Qualy

Marca apresenta nova versão que combina menos calorias e 0% lactose; produto tem o mesmo sabor e cremosidade da versão tradicional da Qualy Light A primeira margarina feita à base de leite sem lactose do país vai integrar o portfólio de Qualy, marca líder do segmento no Brasil, presente em sete de cada dez lares, de acordo com a Kantar Worldpanel.



Vigor

A Vigor apresenta ao mercado o Vigor Grego Protein, seu primeiro iogurte ultraproteico. Enriquecido com 13 gramas de proteína por porção de 130 gramas, a novidade oferece também os atributos Zero Gorduras, Zero Lactose e Zero Adição de Açúcares, trazendo em sua formulação somente adoçantes naturais. Mantendo o sabor e a cremosidade já reconhecidos da marca, o produto chega nas versões Tradicional e Morango.

Heineken

Desde que passou a patrocinar a Fórmula 1, em 2016, a holandesa Heineken tinha dois objetivos: utilizar a parceria para reforçar o conceito “When You Drive, Never Drink” e ampliar o target do



público fã do esporte, cuja parcela significativa já estava no patrocínio à UEFA Champions League. Em outubro, a marca deu um novo passo nessa plataforma ligada ao automobilismo passando a ser também a patrocinadora da próxima temporada da Fórmula E.

Espaço de divulgação de ações de marketing e lançamento de produtos e serviços de empresas associadas. Para participar, envie texto e imagens para proindustrial@adial.com.br.

Mitsubishi investe R\$ 300 milhões em Goiás

MONTADORA VAI NACIONALIZAR O NOVO UTILITÁRIO ESPORTIVO

A HPE, fabricante dos veículos Mitsubishi no Brasil, anunciou que vai investir R\$ 300 milhões em sua fábrica de Catalão (GO) para a nacionalização do novo utilitário esportivo Eclipse Cross. A produção local começa no segundo semestre de 2019. O modelo vai se juntar naquela unidade ao utilitário esportivo ASX, ao sedã Lancer, às picapes da linha L200 Triton e ao jipe Suzuki Jimny.

A informação foi divulgada em entrevista coletiva no Salão do Automóvel de São Paulo, que abre ao público entre os dias 8 e 18 de novembro no São Paulo Expo. A fábrica de Catalão completou 20 anos e produziu 400 mil veículos nesse período. Enquanto não ocorre a nacionalização, o Eclipse Cross será importado. O modelo chega às revendas esta semana em duas versões, uma 4x2 de R\$ 149.990 e outra 4x4 por R\$ 155.990.

De acordo com o diretor de operações da Mitsubishi, Robert Rittscher, a maior parte do investimento foi em equipamentos. A fábrica de Catalão tem cerca de 2 mil funcionários trabalhando em dois turnos.

“Temos capacidade instalada para 100 mil veículos/ano, mas estamos utilizando cerca de 30% disso”, afirma Rittscher.



Ele admite que haverá contratações para a produção do Eclipse Cross, mas não soube dizer quantas. Entre os destaques da montadora no Salão do Automóvel está o novo Pajero Sport HPE, equipado com motor 2.4 turbodiesel de 190 cavalos. Tem câmbio automático de oito marchas. O SUV leva até sete pessoas.

Até o fim do ano a Mitsubishi deve vender entre nacionais e importados 27 mil unidades, registrando alta de 18% sobre o ano passado. Rittscher espera cresci-

Eclipse T-Cross foi apresentado no Salão do Automóvel de São Paulo.

Produção em Catalão começa em 2019 e inicialmente, novo carro, será importado. Fábrica deve contratar

mento semelhante para 2019, o que daria cerca de 32 mil carros.

Na Europa, ele chega às lojas no começo de 2018. Há duas motorizações disponíveis: um novo 1.5 a gasolina, com turbo e injeção direta e um 2.2 turbodiesel. (Agências com Redação)



ENTREVISTA



LUCAS BEVILACQUA



Desoneração e tributos na exportação

Competitividade dos produtos brasileiros, reformas microeconômicas e a participação das exportações brasileiras no comércio internacional, além dos resíduos tributários da produção no Brasil, são temas que ocupam estudos e defesas do Doutor em Direito Econômico, Lucas Bevilacqua, que tem formação complementar em Comércio Internacional pela Mission of Brazil to the World Trade Organization (WTO), membro-associado do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT). Bevilacqua está com livro novo, “Incentivos Fiscais às Exportações”, que avança sobre a desoneração tributária indireta na cadeia exportadora e concorrência fiscal internacional. Neste mês, o livro será lançado no STF. O entrevistado é Procurador do Estado de Goiás à disposição do Gabinete de Representação da Governadoria em Brasília e Conselheiro Titular do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (CARF/MF). Confira a seguir os principais trechos da entrevista:

O que tenta desmistificar com a sua pesquisa?

O livro é resultado de Tese de Doutorado em Direito Tributário (USP) com pesquisa complementar na Missão do Brasil perante a Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, onde pesquisamos a participação das exportações brasileiras no Comércio Internacional constatando entre os vários entraves os resíduos tributários na cadeia produtiva exportadora. A partir desse diagnóstico partimos para a desmistificação da desoneração tributária das exportações como benefícios fiscais dado que na realidade o denominado de incentivo trata-se de mera técnica de harmonização tributária ao Comércio Internacional vez que a maioria das economias mundiais promove a desoneração completa das exportações.

O País vive um cenário de crise no mercado interno e expansão do mercado externo. Exportações e importações poderiam estar acima do atual sem as travas tributárias e burocráticas adotadas pelo Brasil?

Não bastasse a presença de resíduos tributários na cadeia produtiva exportadora os exportadores devem observar uma série de deveres instrumentais que implicam em custo para a atividade de modo que não tenho nenhum receio em falar que no Brasil também “exportamos tributos”; o que já virou clichê. O Governo Federal, com vistas a promover competitividade aos produtos brasileiros concebeu o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (REINTEGRA) que a cada ano tem ressarcimento aos exportadores reduzido; o que só evidencia a falta de uma política coesa de comércio exterior a implicar um cenário de completa insegurança jurídica; tanto que as discussões são constantes em nossos Tribunais Superiores. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) há algum tempo atua de forma incisiva pela construção de uma agenda de inserção dos produtos e serviços brasileiros no Comércio Internacional, no entanto, os limites fiscais tem sido sempre um obstáculo para a completa desoneração das

exportações que demandam não só a desoneração da última etapa da cadeia produtiva, mas a garantia do direito de crédito/ressarcimento de resíduos tributários ao longo do processo produtivo.

Sua visão sobre a Lei Kandir (LK)?

A LK ao ser editada no governo FHC no âmbito do “Exporta Brasil” previu desde então a completa desoneração das exportações mediante o método da isenção aditado ao método do crédito, isto é, prevê não só a exoneração mas, também, garante crédito de ICMS aos exportadores. O que ocorre é que os Estados da federação estabelecem toda sorte de óbices ao ressarcimento de seus contribuintes; o que implica vasto contencioso e, por conseguinte, ônus aos exportadores que perdem competitividade no Comércio Internacional. Tal cenário deve-se ao imbróglio federativo dado que uma das justificativas dos Estados é que não procedem ao ressarcimento de tais créditos em razão de não perceberem a devida compensação prometida pelo Governo Federal.

Alternativa que vislumbro é buscar perante o Congresso Nacional a “securitização” pelo Governo Federal que assumiria tais débitos dos Estados perante os exportadores que promoveriam a compensação com tributos federais. A LK merece ser revisada de modo a assegurar efetivamente aos exportadores o ressarcimento de seus créditos, jamais, pelo fim das desonerações das exportações; o que estaria na contramão do Comércio Internacional.

E sobre incentivos fiscais estaduais, sua influência no desenvolvimento regional e seu futuro?

Curiosamente os incentivos fiscais de ICMS tem uma relação com a desoneração das exportações. O que ocorreu é que inicialmente a compensação dos Estados pela desoneração de ICMS era fixada de acordo com a arrecadação desses: quanto mais fomento à industrialização determinado Estado concedia menor a transferência do Governo Federal! Resultado: os investimentos produtivos com vistas a exportação de bens e serviços não eram incentivados pelos Estados! Basta ver que a grande maioria dos investimentos atraídos pelos Estados na corrida da industrialização de seus territórios tem seus produtos destinados ao mercado interno; o que inegavelmente decorrente do próprio modelo de industrialização brasileiro. A despeito disso os incentivos fiscais estaduais tem um papel determinante para desconcentração industrial no país e promoção do desenvolvimento regional apesar da (in)eficiência econômica de alguns programas e investimentos. A edição da LC 160/2017 conferiu uma nova perspectiva aos incentivos fiscais de ICMS sendo necessário agora repensarmos o modelo de fomento ideal para uma indústria 4.0.

O setor privado no Brasil está

“Os incentivos fiscais estaduais tem um papel determinante para desconcentração industrial no país e promoção do desenvolvimento regional”

pronto para uma nova onda de abertura e integração ao Comércio Internacional?

As falas iniciais do futuro Ministro da Fazenda Paulo Guedes infelizmente são verdadeiras. É necessário promovermos ampla abertura da economia cientes, desde já, que a indústria brasileira não está pronta para tanto. Parece um voo kamikaze, mas já é passada a hora. Basta voltarmos ao início da década de 90 quando iniciada abertura econômica do setor automotivo ocasião na qual o mandatário de então afirmou que o carro brasileiro era uma carroça, e não sem razão! Porventura não promovida a abertura e integração ao Comércio Internacional ainda estaríamos andando de carroça; o incremento das exportações no setor automotivo foi determinante para mitigar a brusca redução das vendas internas apesar de todo basket de incentivos do INOVAR-AUTO. O ROTA 2030 introduz importantes inovações que vão contribuir para competitividade da indústria automotiva brasileira no Comércio Internacional, no entanto, não é o bastante na medida que fundamental assegurar integral ressarcimento dos resíduos tributários na exportação através do REINTEGRA.

O País é competitivo no cenário fiscal internacional?

O Brasil é competitivo em al-

guns poucos setores com destaque para aqueles de cadeias produtivas curtas e produtos de baixo valor agregado; o que se deve, sobretudo, ao cúmulo da cumulatividade tributária e a falta de harmonização da tributação internacional da renda com as principais economias mundiais. O desencontro de técnicas de tributação implica em um alto custo de compliance para os agentes econômicos que operam no comércio exterior de modo que são (des)incentivados a incorrer na aventura do Comércio Internacional. A legislação tributária brasileira simplesmente ignora o fato de que hoje temos Cadeias Globais de Valor (CGVs) nas quais as diferentes etapas produtivas ocorrem em diferentes países sendo fundamental sua harmonização para que a indústria brasileira se integre ao Comércio Internacional.

Qual o impacto das reformas microeconômicas?

A harmonização da legislação tributária brasileira é apenas uma das facetas das reformas microeconômicas que muito contribuiria para conferir competitividade às exportações brasileiras. Oportuno lembrar que muito se fala em justiça social e distribuição de renda; o que não se menciona é o fator propulsor que a integração ao Comércio Internacional possui: na medida em que há modernização da economia e ingresso de divisas automaticamente há promoção de crescimento econômico e desenvolvimento social. Portanto, as reformas microeconômicas prometidas pelo novo governo são fundamentais para o desenvolvimento do país com vistas a alcançarmos redução do desemprego, aumento da arrecadação tributária, a redução do déficit público, a contenção da dívida pública, o aumento dos gastos sociais, a elevação da renda por habitante e, por fim, a redução gradativa dos índices de pobreza.



Ínova Log prevê crescer 14% em 2019

EMPRESA ACREDITA QUE ANO SERÁ DE INVESTIMENTOS, COM ATÉ 40% DE EXPANSÃO, E FOCO NO CLIENTE

O projeto da ÍnovaLog Logística surgiu no primeiro semestre de 2008, por meio da parceria do investidor do segmento de serviços, Paulo de Tárzio Teixeira Rabelo, e Gilmar Henrique Ferreira, um profissional especialista do ramo de logística, com ampla experiência no segmento de armazenagem, distribuição de matérias-primas e produtos acabados, paletes e contentores.

Com a união de investimento e experiência, surgiu a ÍnovaLog, que, com o fechamento de um primeiro grande contrato, com a Chep do Brasil, deu início a operação e registro do negócio – com início das atividades em janeiro de 2009. No ano passado, a empresa cresceu 36% e, para 2018, a previsão é de expansão de 14%.

“Apesar de pouco tempo no mercado, a empresa vem se solidificando no segmento, com o objetivo de crescer dentro das áreas de armazenagem e distribuição de produtos acabados, tornando-se parceira das grandes indústrias”, disse o diretor de Operações e Negócios, Gilmar Henrique, que reforçou que a empresa atua diretamente na cadeia de suprimentos/logística e com foco na Região Centro-Oeste, Triângulo Mi-



Empresa atua nos mercados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais

neiro e Mato Grosso, contando com 12 veículos próprios e 52 colaboradores.

A ÍnovaLog, destaca o diretor, oferece aos clientes serviço de qualidade, com redução de danos nos produtos e solução logística ambientalmente sustentável. “Em 2011, surgiu a oportunidade para oferecer serviços de transporte para a Bunge Alimentos. A partir deste momento, começamos a atuar no segmento de transportes de produtos acabados”.

Para 2019, as previsões de investimentos são otimistas. “Em 2018, ficamos retraídos e aguardando melhoras na economia. Para o próximo ano, estamos confiantes e planejando um



crescimento/investimento de 30 a 40%”, diz Gilmar.

Para o executivo, a expectativa de crescimento vai muito além dos anos anteriores. “Estamos acreditando muito nas mudanças governamentais. Vamos manter o foco em nossos clientes cativos, investir neles. O foco será no cliente e em seus produtos, tanto aca acabados como carga seca.”



LEITURA EMPRESARIAL

ORGANIZAÇÃO E CONHECIMENTO

A Sociedade do Conhecimento exige escolaridade elevada, criatividade e sabedoria, e explica o desemprego estrutural na transição desde as Sociedades Agrária e Industrial. Na parte dedicada a organizações, o capital intelectual ganha relevância frente ao capital contabilizado. Paulo Sabbag explora a questão cultural, que engessa a mudança planejada. Aborda diferenças culturais entre países e entre organizações. Fornece estratégias para a gestão de mudanças planejadas.

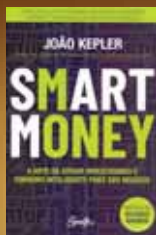


SABE O QUE É OKR?

O lendário capitalista de risco, John Doerr, revela como o sistema de Objetivos e Resultados-chave (OKRs) ajudou gigantes da tecnologia, como Intel e Google, a alcançarem um crescimento exponencial e como ele pode ajudar qualquer organização a prosperar. Avalie o Que Importa compartilha uma ampla gama de estudos de caso, com narradores incluindo Bono e Bill Gates, para demonstrar o foco, a agilidade e o crescimento que os OKRs tem estimulado nas grandes organizações. Este livro ajudará uma nova geração de líderes a capturar a mesma energia.

LOGÍSTICA E GERENCIAMENTO

Um dos principais desafios das empresas, hoje, é gerenciar sua cadeia de suprimentos, já que esta é uma importante chave para obter vantagem competitiva. Mais do que nunca, as cadeias de suprimentos precisam ser mais flexíveis e capazes de se adaptar. Este livro traz orientações sobre as transformações pelas quais essa área vem atravessando e faz reflexões atualizadas sobre a nova gestão das empresas baseada na demanda, anteriormente fundamentada em previsões. Aborda ainda a sustentabilidade na cadeia de suprimentos e a cadeia de suprimentos do futuro.



A ARTE DE ATRAIR INVESTIDORES

O empreendedor é quem deve escolher seu investidor, não o contrário. Mesmo para quem tem experiência em gerir o próprio negócio, captar recursos e conquistar novos investidores pode ser um quebra-cabeças sem fim. Por isso, João Kepler, premiado investidor e empresário, lhe explicará aqui tudo o que é necessário para conseguir dinheiro para a sua empresa, superar os obstáculos e obter boas parcerias.

A NOVA GERAÇÃO DE CEOS

Aqui, presidentes de grandes empresas, na faixa dos quarenta anos, contam suas trajetórias e abordam seus acertos e erros na carreira. Atuando em áreas diversas — do e-commerce à construção civil, passando por educação, aviação e varejo —, esses homens e mulheres falam sobre como gerenciar pessoas, acompanhar os avanços tecnológicos e comandar negócios num país com as particularidades e os desafios do Brasil.



Investimento na pauta do País



O desenho do mapa industrial brasileiro será retomado no próximo ano e terá um impacto muito forte pela próxima década. A mudança não está relacionada diretamente ao aspecto político-eleitoral, visto que o País e os Estados passam por sua maior alternância de poder já vista em décadas, que, com certeza, terá também sua interferência neste novo redesenho da industrialização.

Ocorre que os principais fatores favoráveis à retomada de investimentos e do crescimento econômico estão posicionados no calendário de 2019. Primeiramente, o encerramento do processo de convalidação dos incentivos fiscais – adiada propositalmente pelo Confaz, para meados do próximo ano, para dar maior prazo para novos gestores na compreensão dos programas e seus efeitos.

Independente de quando, se agora ou meados de 2019, os benefícios fiscais terão influência direta na determinação dos novos rumos dos investimentos industriais brasileiros. O setor desacelerou investimentos há mais de cinco anos e já vinha em um ritmo descrente. A trava não estava apenas na recessão da economia, mas na insegurança jurídica do cenário tributário brasileiro. Com a convalidação dos incentivos fiscais, as regras ficaram claras e os programas transparentes, ampliando seu aparato e segurança legal.

Os novos projetos industriais, para abertura, expansão ou mudança de Estado, terão base nos aspectos da competitividade. O empresário fará a conta, que é simples: Em qual Estado, considerando insumos,

logística, mão-de-obra e impostos seu produto terá condições de ter o preço mais competitivo no mercado nacional e/ou internacional?

Considerando todos estes componentes de custos de produção, qual o valor final do produto em cada Estado da Federação e suas distâncias dos mercados consumidores no País e no Exterior? Goiás luta contra suas distâncias e custos de frete, além de ter um mercado consumidor pequeno para grandes indústrias. Goiás tem a favor, insumos e programas de incentivo. Essa equação que decidirá investimentos e a ADIAL luta para melhorar a conta a favor do Estado.

Os impostos interferem de forma agressiva no preço final do produto e, com a convalidação, os programas de incentivos fiscais, aprovados e com garantia jurídica por mais de uma década e meia, serão determinantes no mapa da nova indústria brasileira, que começa agora a ser redesenhado. Independentemente de qualquer narrativa política, os incentivos fiscais direcionarão a Economia do País e, principalmente, os investimentos. E, na contramão, um grande risco. Como os Estados disputarão grandes projetos “na unha”, com suas vantagens competitivas nas mãos, não faltaram oportunidades de ampliar ou mudar o negócio de Estado.

Não são as empresas que procuraram os Estados, pelo contrário, como no passado, os Estados vão procurar as empresas que anunciarão interesse em expandir. A questão é que quem for protagonista, aqueles Estados que naturalmente conquistarem mais projetos, serão

notados. Assim como Estados que perderem mais indústrias – empregos e tributos, por consequência – também serão assim identificados. E, claro, evitados.

Goiás tem como vantagem um passado a favor dos incentivos – independente da corrente política que o comande. O Estado é o defensor, nacionalmente, dos programas de incentivos. O governador eleito já tem um legado de defesa dos incentivos fiscais no Congresso Nacional. Caiado já subiu em carro de som, em Brasília, para discursar a favor dos incentivos, quando o governo Dilma quis forçar o fim dos programas. Caiado também já puxou comitivas de líderes empresariais e parlamentares goianos nos corredores do Legislativo e em visitas ao STF.

E, há mais de dois anos e meio, ainda como senador, Caiado debate com a ADIAL a política de desenvolvimento de Goiás – o que também o fez durante e após a eleição. Temos plena confiança que Goiás continuará protagonista neste novo mapa industrial brasileiro. Os novos governadores do DF e Minas Gerais, nossos vizinhos e também estreantes, foram enfáticos em seus primeiros discursos e entrevistas: serão amplamente desenvolvimentistas – vão buscar indústrias, empregos e arrecadação. Nesta linha da competitividade, temos muito a ganhar. Fora dela, tudo a perder. Não podemos desindustrializar Goiás.

Otávio Lage de Siqueira Filho
é empresário e presidente da ADIAL

NOTÍCIA
QUE ENTRA
NA **PAUTA**,
ANÚNCIO
QUE CABE
NO **BUDGET**.
ANUNCIE AQUI.

A Revista Pró-Industrial fala diretamente
com mais de **5 mil empresários**, industriais,
comerciantes e atacadistas.

Se o assunto é negócio, é um
bom negócio anunciar aqui.
(62) 3922 8200

**Pró
Industrial**